

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.395.542 - RJ (2018/0293528-1)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : LINHA AMARELA S/A LAMSA
ADVOGADOS : ANDERSON ELÍSIO CHALITA DE SOUZA E OUTRO(S) -
RJ086093
DANIELLE VERDAN DE CARVALHO ARAUJO - RJ113003
AGRAVADO : MICHELLE BIANCA ROCHA DE SOUZA FREIRE
ADVOGADO : LEONARDO FISCHER PECANHA - RJ102072

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

Ementa: Agravo retido. Apelação Cível. Ação indenizatória. Acidente de trânsito. Inexistência de cerceamento de defesa pelo indeferimento de providências desnecessárias. Veículo desgovernado que invadiu a pista de rolamento em que se encontrava a parte autora. Responsabilidade objetiva das concessionárias de serviços públicos, na forma do art. 37, parágrafo 6º, da Constituição Federal. Dinâmica dos fatos que restou incontroversa. Serviço defeituoso em decorrência da omissão em adotar providências necessárias à garantia de segurança aos usuários da rodovia. Concorrência de causas que não exclui o dever de indenizar, evidenciando-se fato que não seria imprevisível. Dano moral caracterizado.

Tratamento médico em hospital público. Não comprovação de gastos com o tratamento médico a que precisou ser submetida a autora. Incapacidade total temporária pelo período de 60 meses e incapacidade parcial permanente, conforme prova pericial. Agravo retido a que se nega provimento. Recurso de apelação a que se dá provimento.

Opostos embargos de declaração, foram acolhidos parcialmente pelo Tribunal de origem, adotando-se a seguinte ementa:

Ementa: Embargos de Declaração opostos por ambas as partes. Ação indenizatória. Acidente de trânsito ocorrido em via administrada por concessionária de serviço público.

Sentença de improcedência reformada por acórdão. Alegada omissão em relação ao agravo retido e contradição na aplicação dos juros de mora, pela ré. Pela autora, omissão quanto ao critério de reajuste da renda mensal vitalícia.

Acórdão que não se ressente de omissão com relação ao agravo retido. Juros de mora que devem incidir a partir da citação, por ser contratual a relação entre as partes.

Reajustamento do pensionamento que deve corresponder ao que for concedido nas convenções coletivas de trabalho da categoria profissional da autora. Parcial provimento dos embargos da ré para determinar a incidência dos juros de mora a partir da citação e, parcial provimento do recurso da autora, para estabelecer como critério de reajustamento da pensão vitalícia, anualmente, o índice de correção adotado pelo TJRJ.

Nas razões do especial, aponta a parte agravante violação aos artigos 1.022 do Código de Processo Civil.

Alega que acórdão deixou de enfrentar os argumentos relacionados à homologação do laudo pericial sem a devida remessa ao perito para esclarecimentos quanto à impugnação ao novo laudo.

Da análise dos autos, observo que suas alegações de ofensa à lei federal não merecem prosperar.

Anoto, preliminarmente, que a questão federal foi decidida de modo suficiente, motivo pelo qual rejeito a alegação de ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil.

De início, observo que o Tribunal de origem, com base nos fatos e provas dos autos, apurou a ocorrência de responsabilidade do agravante, concluiu pela caracterização do dano moral indenizável, e assim se manifestou acerca do laudo pericial:

[...]

De início, cumpre conhecer do agravo retido interposto pelo réu contra a decisão que homologou o laudo pericial médico apresentado pelo expert nomeado pelo Juízo a quo, eis que foi requerida a sua análise pelo agravante, em contrarrazões de apelação.

Analisando a questão arguida, razão não assiste ao agravante.

Os esclarecimentos pretendidos pelo réu, a ser prestados pelo perito, não se revelam necessários, pois a questão afeta à incapacidade laboral da autora, em decorrência do acidente narrado na inicial, foi devidamente analisada no laudo pericial, que apontou os fundamentos técnicos para as conclusões apresentadas, considerando os documentos juntados aos autos e com base nos exames pessoais feitos, em dois momentos – em 12/03/2012 e em 18/02/2014 – com a influência dos resultados do tratamento médico a que fora submetida

a periciada.

Nesse contexto, a homologação do laudo pericial, indeferida a providência solicitada pelo réu – desnecessária – não caracteriza o alegado cerceamento de defesa e recomenda a rejeição das razões do agravante.

Pelo exposto, rejeita-se o agravo retido interposto pelo réu contra a decisão do Juízo a quo a fls. 325.

Convém repelir, ainda, a alegação formulada pelo apelado, de que o pleito de pensionamento não integrou o rol de pedidos formulado na inicial.

Constata-se a fls. 16, item ‘b’, o expresse pleito de concessão de pensionamento, inclusive em antecipação de tutela, reiterado no item ‘d.1’ (fls. 17), pela condenação do réu a indenizar “todos os danos materiais ocasionados”.

Conheço do recurso de apelação, por mostrar-se tempestivo e apresentar os demais requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade.

[...]

O acolhimento das razões do recurso especial, a fim de demover as conclusões da Corte de origem, demandaria reexame de matéria fática, o que esbarra na Súmula 7 do STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora